



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUINA
Fis. 64
Rub. [assinatura]

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 234/2019;
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES;
PROJETO SOCIAL N.º 035-2018;
MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO;
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE: REQUISITANTE;
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO: SOLICITANTE;
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: INTERESSADA;
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: ASSUNTO.

Vistos etc...

Cuida-se de consulta oriunda do Secretário Municipal de Administração e Finanças do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, MARCELO ANTÔNIO ALVES GARCIA, com solicitação de Parecer Jurídico, por escrito, no sentido da possibilidade ou não de considerar inexigível o processo licitatório para Contratação de Empresas para aquisição de equipamentos hospitalares, de acordo com o PROJETO SOCIAL N.º 035/2018, requisitado e aprovado pelo Ministério Público do Trabalho – MPT e pela Vara Federal do Trabalho de Juína-MT, conforme requisição e informações prestadas pela Secretária Municipal de Saúde, LEDA MARIA DE SOUZA VILLAÇA, mediante o C. I. n.º 081/2019 - Coord. Compras, datado de 20 de setembro de 2019, que segue encartada as fls., dos autos.

Inicialmente, foi informado pelo C. I. n.º 081/2019 - Coord. Compras, já mencionado acima, que a contratação refere-se ao Projeto Social n.º 035/2018, que foi elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde e aprovado, em conjunto, pelo Ministério Público do Trabalho e pela Vara Federal do Trabalho de Juína-MT. Ademais, informa, que uma vez o Projeto aprovado, a Administração Municipal apresentou orçamentos com os respectivos fornecedores, para fins de aquisição de equipamentos hospitalares visando a execução do PROJETO SOCIAL N.º 035/2018, os quais foram também aprovados pelo Ministério Público do Trabalho e o Juízo da Vara Federal do Trabalho de Juína-MT, razão pela qual foi destinado para a Municipalidade o valor de R\$ 216.158,08 (duzentos e dezesseis mil cento e cinquenta e oito reais e oito centavos).

Com efeito, conforme se observa dos autos, o Poder Executivo Municipal é mero intermediário da aquisição dos equipamentos hospitalares, uma vez que o



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fls. 65
Rub.

procedimento foi realizado diretamente pelo Ministério Público do Trabalho e o Juízo da Vara Federal do Trabalho de Juína-MT, restando para a Municipalidade tão só consumir o ato de compra e venda dos equipamentos perante os respectivos fornecedores. Tanto que, o valor de R\$ 216.158,08 (duzentos e dezesseis mil cento e cinquenta e oito reais e oito centavos), já se encontra depositado em conta bancária de titularidade do Município de Juína-MT.

Outrossim, conforme se observa dos autos, conforme determinação Judicial, da lavra do Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal do Trabalho, da Vara de Juína-MT, a aquisição dos equipamentos e materiais pela Municipalidade deverá ser pelo meio menos oneroso. Em síntese, a importância para a aquisição dos equipamentos hospitalares trata-se de recurso vinculado a Justiça do Trabalho, a qual, judicialmente, já selecionou as empresas a ser contratadas para o fornecimento dos mesmos, com base nos orçamentos previamente apresentados e aprovados para a execução do PROJETO SOCIAL N.º 035/2018.

Destarte, como se observa deste caso em especial, Senhor Secretário, uma vez que o recurso financeiro para a aquisição dos equipamentos hospitalares é originário da Justiça do Trabalho e esta, por sua vez, já selecionou, de forma judicial, quais as empresas que deverão fornecer os objetos, resta claro e incontestado que estamos diante de uma circunstância de inexigibilidade de licitação no presente caso, calcada na inviabilidade de competição, a teor do art. 25, *caput*, da Lei Federal n.º 8.666/93, com a seguinte redação:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

Insta salientar também, que os casos de inexigibilidade mencionados nos incisos do art. 25, da Lei Federal n.º 8.666/93, são meramente exemplificativos, existindo, pois, outras situações que podem conduzir a inexigibilidade em face da inviabilidade de competição, a exemplo da qual estamos nos ocupando.

Em suma, dadas às informações, pode-se concluir que o caso em análise, o procedimento licitatório é materialmente impossível ou inviável, na medida em que não será eficaz para o atendimento do interesse público, pois as empresas a ser contratadas já foram pré-selecionadas pelo Ministério Público do Trabalho e o Juízo da Vara Federal do Trabalho de Juína-MT.

Inobstante, adverte esta Procuradoria Geral, que os documentos necessários para a habilitação do proponente, exigidos pela Lei Federal n.º 8.666/93, deve ser também observado pela Administração, todavia, poderão ser dispensados, no todo ou em parte, sob critérios de juízo de conveniência e oportunidade do Poder Público, exceto aqueles de caráter obrigatórios, dispensados estes também, quando se tratar de exclusividade na aquisição ou na prestação dos serviços, nos casos de extrema necessidade do fornecimento, e, ainda, em circunstâncias onde foi determinado o cumprimento liminar de ordem judicial já deferida. E, sempre, com a existência de recursos orçamentários e financeiros para a realização da despesa.



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO



No que tange a Minuta do Contrato Administrativo para a aquisição dos equipamentos e materiais, também encartada as fls. dos autos, devidamente rubricadas, verifica-se que estabelece com clareza e precisão as condições para a execução do contrato, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, como prescreve o § 1.º, do art. 54, da Lei das Licitações, bem como estão constantes todas as cláusulas necessárias elencadas nos incisos do art. 55, do mesmo diploma legal acima mencionado, razão pela qual entendo que a Minuta também guarda regularidade com o disposto na Lei Federal n.º 8.666/93, motivo pelo qual pode ser adotada.

Cumpre deixar frisado também, que a emissão das manifestações jurídicas, nesta peça, estão embasadas em tese aceitável e/ou alicerçadas em lição de doutrina e jurisprudência, que atende ao princípio da motivação e confere segurança jurídica aos Administradores Públicos na tomada das decisões de sua competência.

Entretanto, a Procuradoria Geral do Município responsabiliza-se tão somente pela interpretação dos documentos que lhe foram disponibilizados para sua análise e emissão do parecer. Caso a recomendação do jurídico não seja cumprida em sua totalidade, segundo entendimento da jurisprudência sobre o tema, a permanência das disposições repudiadas será de responsabilidade dos Administradores Públicos que anuíram com o ato.

Por fim, consigna ademais, que a presente análise diz respeito exclusivamente aos aspectos legais e formais das pretendidas contratações, não abrangendo questões outras, tais como de ordem técnica, econômico-financeira, conveniência e oportunidade administrativa, eis que já determinadas pelo Ministério Público do Trabalho e o Juízo da Vara Federal do Trabalho de Juína-MT. E caso não fossem, seriam afeitas aos Secretários Municipais requisitantes e ao Chefe do Poder Executivo. Portanto, está excluída da análise deste parecer a verificação da compatibilidade dos preços fixados no ato de inexigibilidade de licitação com os de mercado, já que estes são objeto de pesquisa e de valoração exclusiva do setor técnico competente da Municipalidade, exceto nesse caso, dada a sua excepcionalidade. Enfim, frisa-se que o presente Parecer Jurídico é de caráter meramente opinativo, sem qualquer conteúdo decisório, haja vista a não configuração deste como ato administrativo.

DIANTE DO EXPOSTO, uma verificada a legalidade e regularidade da aquisição ou compra direta pela forma de inexigibilidade de licitação, ante a comprovada inviabilidade de competição ou ainda de sua impossibilidade, **OPINO** pela possibilidade da contratação, a luz da legislação em vigor, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei Federal n.º 8.666/93, com vistas a Contratação de Empresas para aquisição de equipamentos hospitalares, de acordo com o PROJETO SOCIAL N.º 035/2018, requisitado e aprovado pelo Ministério Público do Trabalho – MPT e pela Vara Federal do Trabalho de Juína-MT, conforme requisição e informações prestadas pela Secretária Municipal de Saúde, LEDA MARIA DE SOUZA VILÇAÇA, mediante o C. I. n.º 081/2019 - Coord. Compras, datado de 20 de setembro de 2019, que segue encartada as fls., dos autos.



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA	
Fis.	62
Rub.	AX

É O PARECER QUE SUBMETO, *SUB CENSURA*, À CONSIDERAÇÃO DO ILUSTRÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO, DA ILUSTRÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; E, EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Juína-MT, 24 de setembro de 2019.

LUÍS FELIPE AVILA PRADO

OAB/MT n.º 7.910-A

Procurador Geral do Município

Portaria Municipal n.º 930/2017

Poder Executivo – Juína-MT